



*[Handwritten signatures and initials]*

**ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL  
DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES**

**ATA N.º 02 / 2018**

..... Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito realizou-se na Sala de Atos do Teatro Municipal de Bragança, em Bragança, pelas quinze horas, a segunda sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM). .....

..... **FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** .....

**António Nuno Batista Mendes de Moraes** – Substituído por **Luís Manuel Dias Gonçalves** .....

**José Batista Rodrigues** – Faltou .....

**QUÓRUM**-Verificada a existência de quórum-vingte e sete membros- deu-se início aos trabalhos. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA** – Cumprimentou a Assembleia e colocou à consideração uma alteração à ordem de trabalhos, propondo que o ponto dois ponto um da ordem de trabalhos fosse discutido no período antes da ordem do dia. Aprovada a proposta, a ordem de trabalhos passou a estar ordenada da seguinte forma: .....

..... **PONTO UM - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;** .....

..... **PONTO UM PONTO UM –SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS ;** .....

..... **PONTO UM PONTO DOIS – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES** .....

..... **PONTO UM PONTO DOIS PONTO UM –ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE FUNCIONAMENTO** .....

..... **PONTO UM PONTO DOIS PONTO DOIS -ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA** .....

..... **PONTO UM PONTO TRÊS –MOÇÕES RECEBIDAS NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES;** .....

..... **PONTO DOIS – PERÍODO DA ORDEM DO DIA;** .....

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM;** .....

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS –ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017; .....**

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO- REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO- ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL** .....



**PONTO DOIS PONTO CINCO – PARECER JURÍDICO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE RELATIVO À REMUNERAÇÃO DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL.** .....

..... **FOI COLOCADA A VOTAÇÃO A RATIFICAÇÃO DA ORDEM DE TRABALHOS, TENDO SIDO APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES** .....

..... **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**.....

..... **PONTO UM PONTO UM –SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS** .....

..... O Presidente da Mesa informou que face à solicitação de suspensão de mandato, pelo período de um ano do deputado eleito pela Assembleia Municipal de Vimioso, José Manuel Fernandes Miranda, se iria proceder de imediato à tomada de posse do seu substituto, Hugo Miguel Jerónimo Rodrigues, que se dirigiu à mesa para assinar o termo de tomada de posse. ....

..... **PONTO UM PONTO DOIS – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES** .....

..... **PONTO UM PONTO DOIS PONTO UM –ATA DA PRIMEIRA SESSÃO DE FUNCIONAMENTO** .....

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES** .....

..... **PONTO UM PONTO DOIS PONTO DOIS-ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA** .....

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO A ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES** .....

..... **PONTO UM PONTO TRÊS –MOÇÕES RECEBIDAS NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES;** .....

..... **JORGE DIAS**– Solicitou o uso da palavra e iniciou a sua intervenção reconhecendo a importância da Moção aprovada pela Assembleia Municipal de Bragança relativa ao “Apoio à construção de Barragens”, no entanto afirmou que uma moção deste tipo deveria ter um carácter mais abrangente

englobando as necessidades e pretensões de todos os concelhos das Terras de Trás-os-Montes, propondo que a Assembleia Intermunicipal deliberasse sobre o assunto. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Colocou à consideração dos presentes a discussão e tomada de posição sobre a “Moção – Apoio à construção das Barragens”, aprovada por maioria qualificada na Assembleia Municipal de Bragança realizada a quinze de dezembro de dois mil e dezassete e remetida para conhecimento desta assembleia Intermunicipal. ....

..... **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO A PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.** .....

..... O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto. A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais Jorge Dias, José Madalena, Júlio de Carvalho, Pedro Santos, Alfredo Teixeira, Carlos Ferreira .....

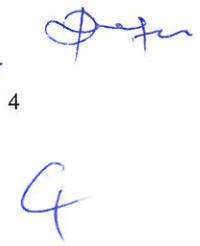
..... **JOSÉ MADALENA** – Começou por referir que a Moção em causa merece a concordância e apoio de todos, salientando a importância da construção de novas barragens e ampliação e reabilitação do regadio no território. Neste campo venceu o papel fulcral que a CIM-TTM deve assumir, nomeadamente no levantamento das necessidades e desenvolvimento e implementação de um projeto intermunicipal neste domínio. ....

..... **ANTÓNIO CARÇÃO**- Usou da palavra para dizer que a sua intervenção ia no sentido de reforçar as intervenções anteriores, afirmando que era de extrema importância a existência de um projeto concertado pela CIM-TTM que englobasse todo o território. Recordou o anúncio feito pelo Ministro da Agricultura, em visita à região, de um investimento superior a 50 milhões de euros em novas Barragens e projetos de ampliação e reabilitação de infraestruturas para o regadio. No entanto afirmou que este investimento está destinado apenas a quatro concelhos e continuou dizendo que a CIM-TTM deve, neste campo, assumir uma voz mais ativa apresentando medidas concretas para resolver o problema da construção de novas barragens e alargamento da rede de regadio. Disse que este tem que se apresentar como um projeto integrado e abrangente de modo a suprir todas as necessidades do território neste campo. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Referiu que a Moção em discussão reúne todas as condições para ser aprovada, adaptando-a à realidade de todo o território da CIM-TTM, salientando que os pressupostos em que assenta são transversais a todos os concelhos da área de influência da CIM-TTM. Aludindo aos



4



problemas decorrentes da falta de água, aos efeitos que as alterações climáticas estão a provocar na região disse que a CIM-TTM deveria pensar seriamente na elaboração de um Plano Estratégico no campo do aproveitamento dos recursos hídricos da região. ....

..... **JORGE DIAS** – Disse subscrever as afirmações proferidas pelo Deputado Júlio de Carvalho. Afirmou que a CIM-TTM deixa de ter qualquer significado se não tiver um plano estratégico para todos os concelhos da sua área de influência e continuou dizendo que a coesão territorial deve ser o principal princípio a nortear a atuação desta comunidade. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** - Relembrou que a Moção que está agora em discussão resultou de uma iniciativa da Assembleia Municipal de Bragança, no entanto salientou fazer todo o sentido enquadrá-la numa perspetiva intermunicipal, adaptando o texto, tal como referido pelo Deputado Júlio de Carvalho, por forma a que emane desta Assembleia uma posição conjunta e abrangente sobre a questão da construção de novas Barragens e Regadio. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Disse fazer todo o sentido que as Moções aprovadas nas Assembleias Municipais dos Municípios da área de influência da CIM-TTM sejam remetidas a esta Assembleia Intermunicipal, por forma a obterem um sinal de reforço, mas também salientou que não deve ser efetuada qualquer alteração ao texto original sob pena de se subverter os objetivos destas moções e continuo afirmando que estas ou são aceites tal como chegam ao órgão ou então a assembleia Intermunicipal produz as suas próprias moções, não se lhe afigurando como apropriado a sua adaptação. ..

..... **JORGE DIAS** – Fez uso da palavra para dizer que é dever da CIM-TTM apresentar Moções que englobem todo o território e não apenas um concelho. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Disse que neste momento estão em discussão duas propostas uma de adaptação do texto da Moção aprovada na Assembleia Municipal de Bragança e outra de manutenção. ....

..... **ALFREDO TEIXEIRA** – Relembrou que entre vinte e sete de fevereiro e 31 de maio estiveram abertos avisos, no âmbito do PDR 2020, para candidaturas para os regadios eficientes e que foi neste âmbito que os projetos anunciados pelo Ministro da Agricultura para Alfândega da Fé, Vimioso, Mirandela e Vila Flor foram aprovados. Disse que seria extremamente positivo refletir sobre o número de candidaturas que foram apresentadas na área de influência da CIM-TTM e quantas estão em condições de



ser submetidas. Neste sentido referiu que é necessário efetuar uma avaliação do uso que estamos a fazer dos mecanismos que estão à disposição.....

..... **CARLOS FERREIRA** – Usou da palavra para corroborar a posição defendida pelo Deputado Pedro Santos, referindo que o que lhe parece fundamental é que exista um pensamento estruturante do ponto de vista do Plano Estratégico da CIM-TTM. Deu como exemplo o caso da Barragem do Alqueva, que segundo disse, transformou completamente aquela área do Alentejo. Disse que em Trás-os-Montes ainda não se conseguiu ou foi possível implementar um projeto desta natureza e que a água da região serve, essencialmente, para criar riqueza para uma empresa privada, que paga os seus impostos em Lisboa. Recordou que a água é essencial para uma agricultura cada vez mais intensiva e que esta é um fator essencial para o aumento da produção e competitividade do setor agrícola. Defendeu que o tema da água merecia uma discussão de fundo, uma vez que é um assunto de extrema importância para o desenvolvimento do território. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Interveio para lembrar que a moção foi admitida para discussão e só existem duas opções ou discuti-la ou retirá-la. Referiu que caso o entendimento comum seja o de que esta moção foi aqui presente apenas para conhecimento esta posição terá também a sua anuência. .... Por outro lado, disse que o que é necessário fazer é recomendar à CIM-TTM que faça o que está vertido no Plano estratégico no que concerne à construção, requalificação e gestão integrada do regadio e continuou referindo que neste Plano estão elencadas as atividades a desenvolver, a calendarização e entidades a envolver, salientando que é imperativo que tal seja desenvolvido. ....

..... **ILÍDIO GRANJO VAZ** – Começou por referir que é prática comum as Assembleias Municipais receberem Moções aprovadas na Assembleia Municipal de Bragança e que, habitualmente, conseguem o apoio das outras Assembleias Municipais porque aludem a interesses, preocupações e vontades que são transversais ao território. Recordou também que a moção em causa foi aprovada a quinze de dezembro, portanto, em data anterior ao anúncio do investimento dos cinquenta milhões de euros por parte do Ministro da Agricultura. Disse que este documento surgiu na altura certa e que só tem que louvar o esforço que cada Deputado faz no sentido de identificar necessidades para o seu concelho e defendê-las nos locais próprios. No entanto disse também que, apesar de poder parecer contraditório, não deixa de concordar e considerar oportuna a intervenção do Deputado Jorge Dias, uma vez que a iniciativa de criação de grandes reservas de água na região que contribuam para o desenvolvimento agrícola deve ter



6  
[Handwritten signatures and initials]

como promotora a CIM-TTM. Fez questão de salientar que a sua posição está alinhada com a do Deputado Júlio Carvalho, dizendo que para melhorar a Moção esta terá que ser retirada de discussão e elaborada uma nova ou em alternativa votar-se-á esta Moção e posteriormente pensar-se-á numa que vá ao encontro do Plano Estratégico da CIM-TTM. ....

..... O Deputado José Ferreira solicitou à mesa o uso da palavra tendo-lhe sido concedido .....

..... **JOSÉ FERREIRA**– Iniciou a intervenção ressaltando que não queria com as suas palavras colocar em causa o mérito da Moção e continuou dizendo que esta foi admitida para discussão que é o que tem estado a acontecer. Quanto à questão da votação afirmou que, chegado esse momento, pode ser retirada de votação sem qualquer incidente formal. ....

Sugeriu que a Assembleia refletisse sobre o procedimento a adotar com este tipo de moções, dizendo entender que o Plano Estratégico da CIM-TTM deve prevalecer sobre Moções oriundas de Assembleias Municipais, que no limite podem colidir com o que consta no Plano Estratégico. ....

..... O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou por referir que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes assenta, de facto em duas vertentes uma relacionada com os regadios tradicionais e com a segurança de Barragens que foi possível concretizar e outra relativa à construção de novas Barragens e Regadios e aqui ainda há um longo caminho a percorrer e muito trabalho para realizar, dizendo que o importante agora é olhar para o futuro e desenhar um Plano Estratégico para a construção de novas Barragens e regadios e continuou reforçando a necessidade de pensar e construir este plano com o objetivo de poder captar fundos do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Reconheceu que atualmente a margem de manobra é muito curta para uma nova política da água no que toca ao reforço das Barragens e regadios. Até porque, segundo disse, o Portugal 2020 está praticamente fechado nesta matéria, o que é imperativo é começar a construir o 2030, afiançou. Neste sentido, reconheceu a importância da construção de um modelo, de uma proposta concreta para aquelas que são as necessidades do território neste campo, um plano estratégico para a construção de novas barragens, novos regadios e requalificação dos existentes. Este deve ser o foco para o próximo quadro comunitário de apoio, por forma a se conseguir o financiamento necessário, concluiu. ....

..... Seguidamente o Presidente da Mesa concedeu a Palavra à Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal .....



*[Handwritten signatures and numbers]*  
7  
4

..... **VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JÚLIA RODRIGUES)** –

Reconhecendo o papel primordial das questões relacionadas com a água tanto no que diz respeito ao abastecimento público como ao regadio disse querer deixar para reflexão dois temas: o primeiro relacionado com a forma como estão a ser utilizadas e aproveitadas as barragens existentes, dizendo que há barragens que só servem um utilizador. Referiu que no campo do regadio já tinha desafiado a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana a avançar com um Plano estratégico de regadio para a Terra Quente. O segundo tema prende-se com o abastecimento público e com a solidariedade que deveria existir entre municípios, referindo-se a localidades sem abastecimento público de água e que fazem fronteira com outros municípios que dispõem desse recurso .....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Aludiu à reforma que esta para ser implementada relativamente aos Planos dos Caudais Mínimos dos quatro grandes rios transfronteiriços. Disse que no caso concreto do rio Douro tem conhecimento de que Espanha se prepara para retirar água do rio Douro para regadio. Referiu que tem vindo a reivindicar que este modelo se implemente no Planalto Mirandês, de modo a encontrar fluxos de regadio para todo o Planalto. A questão que se vai levantar quando se iniciar a discussão sobre este assunto é se nós temos propostas concretas para utilizar a água e de uma forma eficiente e nós temos que estar preparados para dar esta resposta e demonstrar a sua necessidade e eficiência, concluiu. ....

..... O Deputado Pedro Santos solicitou à Mesa o uso da palavra de modo a ver esclarecidas algumas questões relativas a esta matéria, tendo-lhe sido concedida. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Dirigindo-se à Vice-presidente do Conselho Intermunicipal disse ter ficado com algumas dúvidas relativamente à sua intervenção. Referiu que gostaria de ver esclarecido se tinha efetuado, no seu concelho, o levantamento de todas as Barragens para regadio e da sua eficiência ou se o vai fazer. ....

Por outro lado, quanto à água para consumo humano, disse que no mandato anterior foi apresentado nesta Assembleia a intenção do Conselho Intermunicipal de avançar para a gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água questionando sobre se esta intenção se mantém. Indagou ainda sobre o Plano de Regadio para o território, perguntando se já está delineado e se já foi efetuado o levantamento do existente e das necessidades a suprir. ....



8  
  


..... O Presidente da Mesa passou a palavra à Vice-presidente do Conselho Intermunicipal para que pudesse esclarecer a dúvida levantada e informou que seguidamente interviria o Presidente do Conselho Intermunicipal de modo a responder às outras questões levantadas pelo Deputado Pedro Santos. ....

..... **VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (JÚLIA RODRIGUES)** –

Referiu que relativamente ao estudo de abastecimento público de água este está a ser realizado pela Câmara Municipal, uma vez que a gestão da água em baixa é da responsabilidade do município enquanto que a gestão da água em alta está sob a tutela das águas do Norte. Disse também que existem na área do concelho de Mirandela algumas freguesias às quais seria fácil fazer chegar a água da Barragem do Azibo, esse estudo está a ser realizado. ....

Quanto ao regadio esclareceu que propôs à Associação de Municípios da Terra Quente a elaboração de um Plano Estratégico de Regadio para esta área do território, tendo em conta as suas especificidades. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** –Respondendo à

questão levantada pelo Deputado Pedro Santo relacionada com a agregação do sistema de águas e Saneamento disse que o processo estava a ter continuidade no sentido de criar um Sistema de Gestão Intermunicipal da água em baixa e do saneamento e desenvolvendo em paralelo o estudo para a gestão intermunicipal do sistema em alta, atribuindo a gestão destes dois sistemas à Resíduos do Nordeste, EM. Informou também que vai ser constituído um grupo de trabalho para estudar a questão da gestão da água em alta constituído por três elementos da Secretaria de Estado do Ambiente e dois elementos da Comunidade Intermunicipal. A intermunicipalização destes sistemas vai permitir uma gestão mais eficiente dos sistemas, ganhando escala, permitindo a implementação conjunta de soluções que conduzam à concretização de investimentos e à resolução de problemas existentes, afiançou. ....

Relativamente à outra questão levantada pelo Deputado Pedro Santos esclareceu que a intenção é a de fazer um trabalho conjunto para toda a área da CIM-TTM, encontrando soluções para o regadio, vertidas num plano estratégico que se deverá assumir como um instrumento chave para conseguir o financiamento necessário, no âmbito do 2030, para os investimentos que são precisos nesta área. ....

..... O Deputado José Madalena solicitou à Mesa o uso da palavra de modo a ver esclarecidas algumas questões relativas a esta matéria, tendo-lhe sido concedida.....

..... **JOSÉ MADALENA** –Interveio para defender a retirada da Moção a votação, disse reconhecer a extrema relevância desta Moção. Referiu que a Assembleia tinha tomado conhecimento, discutido o



assunto e retirado as devidas conclusões. Acrescentou que defendia que a Assembleia manifestasse o seu apoio a esta moção, mas não defendia que a votasse e muito menos a alterasse. Salientou também que desta troca de ideias e esclarecimentos prestados foi unanime a opinião da importância do Plano Estratégico para a CIM-TTM.....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Referiu que só o proponente é que poderia retirar a proposta de votação, questionando o Deputado Jorge Dias se pretendia fazê-lo. ....

..... **JORGE DIAS** – Justificou a retirada da proposta a votação com a alínea b), do n.º1 dos estatutos da Comunidade Intermunicipal que refere como uma das atribuições desta Comunidade a articulação dos investimentos a nível intermunicipal. ....

..... **PRESIDENTE DA MESA (LUÍS AFONSO)** – Informou que, sendo assim, o assunto seria retirado, não sendo votada a Moção. ....

..... O Deputado Júlio Carvalho solicitou à Mesa o uso da palavra, tendo-lhe sido concedido. . ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Usou da palavra para referir que esta discussão em torno das questões relacionadas com à água e a informação prestada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal vieram reforçar a sua convicção de que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal tem que ser um ponto de referência para toda a atividade da CIM-TTM, deixando a recomendação de que este seja seguido e cumprido. ....

..... O Presidente da Mesa informou que estava aberto um novo período de inscrições para intervenção. A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais José Pavão, Ilídio Vaz e Júlio de Carvalho. ....

..... **JOSÉ PAVÃO** – Interveio para relembrar da importância e significado da Revista Brigantia que previamente tinha sido distribuída aos Deputados. Referiu o facto deste Volume da Revista Brigantina ser dedicado ao 150º Aniversário do nascimento do Abade de Baçal e que compila textos do Congresso, realizado em 2015, em Bragança, sobre a "Vida, obra e Pensamento do Abade de Baçal. Um congresso que, como disse, contou com o seu envolvimento direto enquanto promotor e organizador da iniciativa. Afirmou ter sido um trabalho difícil, mas gratificante, não só porque a população de Bragança aderiu em peso, enchendo o Auditório Paulo Quintela, mas também porque as pessoas que participaram e que agora têm os textos publicados neste volume são de extrema relevância cultural e continuou dizendo que não queria perder a oportunidade, porque se trata de uma questão de justiça, de referir alguns nomes sem os



10  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

quais esta iniciativa não teria sido uma realidade. Sendo assim passou a referir o Eng.º Jorge Nunes, ex-presidente da Câmara Municipal de Bragança e o atual Presidente deste Município, Dr. Hernâni Dias, Arnaldo de Pinho da Universidade Católica, Arnaldo Coelho e Henrique Pereira com os quais teve dezenas de reuniões na Universidade Católica para reunir o conjunto de textos, agora publicados na Revista Brigantia. Disse considerar que todos têm a responsabilidade de dignificar a memória de figuras da cultura como foi o Abade de Baçal, dando-as a conhecer às gerações futuras. Parabenizou Américo Pereira, Ex-Presidente do Conselho Intermunicipal, e Rui Caseiro, Primeiro Secretário, pelo empenho e apoio a esta edição e continuou afirmando que as CIM's também têm que assumir este papel de defesa e preservação da cultura do território. Terminou deixando uma sugestão aos responsáveis da CIM-TTM: a realização de um grande debate sobre aquilo que muitos dizem não existir que é a identidade transmontana. ....

..... **ILÍDIO GRANJO VAZ** – Alertou o Conselho Intermunicipal para o estado de degradação em que se encontra o troço da estrada entre a Ponte Nova de Remondes e Lagoa, sugerindo que o Conselho Intermunicipal tome uma posição junto das infraestruturas de Portugal reivindicando a realização das intervenções necessárias. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Iniciou a sua intervenção dizendo que apesar da admiração e estima que nutre pelo Deputado José Pavão, na sua opinião a identidade transmontana está relacionada com o bem-estar dos transmontanos e prosseguiu dizendo que se continua a descurar aquilo que é essencial para Trás-os-Montes. Lamentou que não exista um espírito de união, de luta e reivindicação em questões essenciais para o território, como é o caso da ligação de Bragança à Puebla de Sanábria ou do desvio de verbas do Portugal 2020 do interior para o litoral que paira no horizonte, defendendo que a identidade transmontana se constrói e manifesta no coletivo, na luta, na unidade e força. ....

Recordou que em mil novecentos e oitenta e nove organizou com o NERBA e com a Região Espanhola de Castela e Leão um grande debate relacionado com a ligações de Bragança à Europa. Apesar das conclusões e das necessidades apresentadas até agora nada foi feito, disse. Defendeu um tratamento igualitário para os transmontanos, referindo que tem que existir igualdade de oportunidades na coesão que a Europa oferece. ....

Aludindo à questão da descentralização referiu que a CIM-TTM tem a obrigação de promover uma discussão séria sobre este assunto. Referiu que apesar de estar consagrada na constituição a divisão



administrativa, esta não está a ser cumprida e ninguém é penalizado. Relativamente ao processo que está em curso disse que a informação é escassa e realçou que a pouca existente aponta para uma descentralização municipalizada. ....

Conclui dizendo que a CIM-TTM, enquanto entidade supramunicipal, tem obrigação de promover um debate rigoroso e sério sobre estes temas que, tal como referiu, são vitais para a sobrevivência do território. Esta será uma das formas, disse, do território ocupar o papel que lhe cabe na vida nacional. ....

..... Seguidamente, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou dizendo que as preocupações expressas pelo deputado Júlio carvalho, também são as preocupações da CIM-TTM. Transmitiu à Assembleia que na última reunião de concertação intermunicipal que juntou em Braga, no dia onze de abril, representantes das sete Comunidades Intermunicipais do Norte do país e da Área Metropolitana do Porto saiu um documento que vai ser entregue ao Governo com as propostas de alteração à reprogramação do Portugal 2020, uma vez que consideram que a proposta de reprogramação efetuada pelo Governo está a desviar verbas da região para outras regiões. Referiu também que foi solicitada, ao Primeiro-Ministro, uma reunião para abordar esta questão e apresentar a proposta subscrita em Braga. Em causa, disse, estão cerca de 650 milhões de euros, respeitantes ao valor da reprogramação do Portugal 2020, que a região Norte defende que devem ser aplicados em apoios aos equipamentos e serviços coletivos, aos Planos de Ação e Regeneração Urbana (PARU), aos sistemas de incentivo a empresas e à melhoria nos acessos a áreas de localização empresariais, entre outros. ....

..... **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** .....

..... **PONTO DOIS PONTO DOIS- INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DA CIM-TTM;** .....

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Iniciou a intervenção efetuando uma pequena resenha do historial da CIM-TTM, recordando que a CIM-TTM foi criada através da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro resultando da cisão da CIM Trás-os-Montes dando origem às CIM das Terras de Trás-os-Montes e à CIM do Alto Tâmega. Passou em revista a atividade dos primeiros anos da CIM-TTM dizendo que durante o ano de dois mil e catorze a atividade desenvolvida passou, quase exclusivamente, pela elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal e a elaboração da Estratégia



Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal e prossegui afirmando que durante o ano de dois mil e quinze a atividade da Comunidade Intermunicipal se centrou, principalmente, na a elaboração, discussão e aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. Neste âmbito, foram assegurados cerca de 58 milhões de euros para a concretização de investimentos na área da educação e formação, eficiência energética, modernização administrativa, inclusão social, a criação de emprego, regadios tradicionais e ambiente, informou. Ao longo do ano de dois mil e dezasseis a CIM-TTM esteve envolvida na elaboração de várias candidaturas, tendo conseguido a aprovação tendo conseguido a aprovação de oito candidaturas, num total de um milhão e cem mil euros. Salientou que o montante de Fundos Comunitários conseguidos pela CIM para a região é superior a sessenta milhões de euros, destacando que neste ano a CIM-TTM também foi reconhecida como organismo intermédio. Ao fazer referência ao ano de dois mil e dezassete disse que este período ficou marcado pela elaboração dos procedimentos administrativos necessários à execução das operações contempladas no Pacto de incidência no território e prossegui dando conta das principais atividades desenvolvidas. Informou que tem vindo a trabalhar em áreas chaves de atuação como a das tecnologias de informação e comunicação; a dos transportes; a do empreendedorismo e emprego; a da valorização dos recursos endógenos; a do combate ao insucesso escolar e da melhoria das infraestruturas educativas; a da água e do saneamento e turismo. Relativamente ao presente ano destacou a participação nas reuniões de concertação intermunicipal tendo em vista concertar posições sobre assuntos de interesse comum. Neste período e no âmbito da 2ª convocatória do Interreg V-A (POCTEP) a CIM assumiu-se como parceira em cinco candidaturas, referiu. Terminou destacando o papel que a CIM tem desenvolvido na defesa dos interesses do território, promovendo e participando em reuniões com vários organismos e com o Governo central. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Usou da palavra para transmitir à Assembleia Intermunicipal que, recentemente, foi promovida uma reunião com a Secretária de Estado da Saúde, INFARMED e ARS-NORTE com o objetivo de expor e reivindicar a necessidade de mais profissionais da saúde para o território. ....  
Destacou também a importância do trabalho que está a ser realizado na área dos transportes, tendo a Comunidade Intermunicipal, assumido a competência como Autoridades de Transporte intermunicipal e municipal, facto que irá contribuir para uma gestão mais eficiente dos transportes identificando e suprimindo necessidades de forma a melhor servir as populações e permitindo ganhos em termos de custos aos



municípios. No campo dos serviços prestados à população destacou o projeto “Balcões Móveis”, que pretende aproximar os serviços públicos dos cidadãos com a entrada em funcionamento deste serviço itinerante. ....

Conclui a intervenção congratulando-se pelo facto de ter sido possível travar a intenção do Governo de transferir verbas, no montante de duzentos e vinte milhões de euros, destinadas à Região Norte para outros projetos. ....

..... O Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de esclarecimentos sobre este ponto. A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais Pedro Santos, José Pavão, Jorge Dias, Júlio Carvalho, Alfredo Teixeira e Carlos Ferreira. ....

..... **PEDRO SANTOS**- Iniciou a intervenção referindo ter tomado nota positiva sobre a apresentação da atividade da CIM-TTM. Reconheceu a importância do trabalho de levantamento e estudo que tem vindo a ser efetuado, mas também alertou para o desejo de ver os processos desenvolverem-se mais rapidamente, refletindo-se num desenvolvimento mais rápido da região. Perguntou quanto tempo mais seria necessário esperar para verem concretizado o investimento anunciado para o território e continuou referindo que as contratações da CIM-TTM do ano de dois mil e dezassete são apenas intangíveis, não se verificando investimento efetivo para travar a sangria do despovoamento. Neste campo recorreu a exemplos concretos dizendo as Terras de Trás-os-Montes apresentam números preocupantes, a cada mandato há um decréscimo de cerca de mil habitantes por concelho e existem quatro concelhos cuja população se situa nos 5 mil habitantes. Uma situação que apelidou de trágica apontando como caminho a seguir um investimento na área do turismo, atraindo e chamando pessoas, protocolizando programas com instituições. ....

Referindo-se ao Programa Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar questionou se este programa já está em fase de execução ou caso não esteja se existe data prevista para iniciar. ....

No que toca às ligações rodoviárias destacou a relevância de conclusão do itinerário principal número cinco e da respetiva ligação a Espanha, perguntando se tal ligação está prevista. . ....

..... **JOSÉ PAVÃO** – Citou a frase de Miguel Torga “Douro, Rio e região era a realidade mais séria que tínhamos”, para fazer alusão ao movimento turístico e conseqüente desenvolvimento que, atualmente, conhece a região do Douro e pegando nas palavras do escritor transmontano afirmou que a realidade mais séria que o território das Terras de Trás-os-Montes tem é o problema da densidade demográfica.



Relativamente a esta questão disse ser uma obrigação dos órgãos da CIM-TTM promover uma reflexão profunda sobre esta problemática, uma obrigação que nas suas palavras não é apenas moral, mas sobretudo formal. Recordou o esforço efetuado no anterior mandato para constituir, em conjunto com a homóloga do Sul uma grande figura territorial, referindo que foram efetuados dezenas de contactos que se revelaram infrutíferos, por ausência de resposta. ....

Concluiu dizendo que é imperativo intervir, abarcando este desafio como uma obrigação de toda a região.

..... **JORDE DIAS** – Solicitou esclarecimentos sobre os investimentos neste período, referindo-se mais concretamente aos valores aplicados nas tecnologias da Informação e Comunicação e ao programa de Incentivos ao Emprego e empreendedorismo. ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Interpelou o Presidente do Conselho Intermunicipal sobre as medidas desenvolvidas no campo dos incentivos fiscais, reforçando que o desenvolvimento do interior depende de incentivos fiscais pensados quer para empresas, quer para privados. ....

..... **ALFREDO TEIXEIRA** – Pediu esclarecimentos relativamente á taxa de execução dos programas na área da educação e tecnologias da informação e comunicação, dizendo que tal não está claro no relatório de atividades apresentado que, na sua opinião, se assemelha a um “abstract”. ....

..... **CARLOS FERREIRA** – Começou por referir que o setor turístico pode ser apontado como um dos principais responsáveis para a saída de Portugal da crise económica e prosseguiu afirmando que o país foi eleito o melhor destino turístico do mundo, estando este setor em franco crescimento e desenvolvimento. Portugal é hoje uma grande marca turística, com quatro submarcas uma delas a Região do Porto e Norte onde estão inseridas as Terras de Trás-os-Montes, disse.

Salientou que no campo da promoção tem havido uma grande colaboração entre a CIM-TTM e a Turismo Porto e Norte, no entanto entende que é necessário ir mais longe e afirmar mais a marca Terras de Trás-os-Montes, como marca chapéu para todo o território e os produtos turísticos deste. Disse também que os principais produtos turísticos do território são a natureza, a cultura e a gastronomia e que é necessário valorizar e promover estes segmentos, mas também alargar e diversificar a oferta existente em termos de atividades associadas a estas áreas. ....

..... Terminado o período de esclarecimentos o Presidente da Mesa passou a palavra ao Primeiro Secretário para resposta às questões levantadas.....



15  
*[Handwritten signatures and initials]*

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** – Começou por esclarecer as questões levantadas relativamente aos projetos em desenvolvimento na área das tecnologias da informação e comunicação, dizendo que neste setor foi efetuado um reforço de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à instalação de fibra ótica, alargando a rede já existente na Terra Quente Transmontana, que já estava conectada com o Instituto Politécnico de Bragança, à Câmara Municipal de Bragança. Foi também implementado um projeto que permitiu interligar todos os municípios por fibra ótica. ....  
Referiu também a criação de um datacenter em Bragança, para redundância, utilizando as instalações do IPB. No âmbito das tecnologias da Informação e comunicação referiu também a aquisição de plataformas e ferramentas como é o caso da faturação eletrónica. De seguida referenciou o processo de Proteção de dados que também está a ser desenvolvido pela CIM-TTM, dizendo que a visão dos projetos é cada vez mais global e supramunicipal. ....  
Relativamente ao Programa Integrado e Inovador de combate ao insucesso escolar esclareceu que está no início, portanto não há execução. Neste momento, estão a ser preparadas candidaturas para serem entregues até junho, estando-se a ultimar os cadernos de encargos, explicou. Ainda relativamente a este programa referiu que assenta em três pilares fundamentais: A ciência, a tecnologia e a promoção da leitura. ....  
No que toca ao turismo disse estar em desenvolvimento o processo para a criação da marca territorial e que irá ser lançado em breve um concurso de ideias para o efeito. Reconheceu a falta de operadores turísticos para complementar a oferta a nível da hotelaria e restauração, dizendo ser uma área que precisa de uma alavancagem. ....  
..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Começou por referir que em termos da região norte e de acordo com os dados apresentados pelo turismo da Porto e Norte as Terras de Trás-os-Montes apresentam-se como a região que mais tem crescido em termos de turismo. Reconheceu que é necessário trabalhar a sustentabilidade neste campo, mas o facto é que, tal como referiu, a região tem vindo a crescer. ....  
Disse também que foi manifestada uma preocupação perfeitamente aceitável porque é um facto que apenas quarenta por cento dos fundos é que são destinados a investimento, os restantes sessenta por cento são destinados ao pagamento de despesas correntes do Estado. ....



16  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

No que toca à questão das acessibilidades e reconhecendo o papel fundamental que estas assumem para a coesão e desenvolvimento territorial disse lamentar que o investimento no território neste campo não seja assumido como prioritário pela infraestruturas de Portugal, não se perspetivando, nos próximos três anos, investimentos a nível de infraestruturas rodoviárias no território. Referiu também que a ligação do IC5 a Miranda do Douro e a Espanha não é tida como prioritária. Neste campo, reconheceu, há muito a fazer e a reivindicar e elencou as principais prioridades/reivindicações do território a nível de infraestruturas rodoviárias: a ligação do IC5 a Espanha; a ligação de Bragança a Vinhais e Vimioso; a ligação de Zamora a Bragança e de Bragança à Puebla de Sanábria. Defendeu também a criação de um corredor ferroviário entre o Porto de Leixões e Zamora. Esclareceu que neste momento estão a decorrer em paralelo três processos: a reprogramação do 2020; a preparação do 2030 e a descentralização. . . . .

Outra questão, referiu, prende-se com a alteração da Lei das Finanças Locais, dizendo que falta esclarecer se os municípios vão ou não ter participação no IVA. Por outro lado, há também uma indefinição relativamente à manutenção dos cinco por cento na taxa de participação dos municípios no IRS. Acrescentou também que no campo da tributação há outra questão de extrema importância que deve ser definida e clarificada, referindo-se à Derrama. Referiu que deve ser analisado e debatido se o rendimento produzido em cada território deve ficar onde é gerado ou onde estão as sedes das empresas, destacando que esta é uma questão de extrema importância para o território. . . . .

..... **PONTO DOIS PONTO TRÊS –ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL- RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017; .....**

o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para apresentação deste ponto. . . . .

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Efetuou a apresentação do Relatório de Gestão e contas de dois mil e dezassete referindo que o nível de execução ronda os dezasseis, dezassete por cento, tanto ao nível da receita como ao nível da despesa. Explicou que tal encontra relação com o facto de se ter atravessado um período eleitoral, que obrigou a algum abrandamento em termos de desenvolvimento de projetos, mas também de no que concerne ao próprio funcionamento da CIM-TTM. A isto, disse, acresce o atraso verificado no lançamento de Avisos, que causou constrangimentos no arranque de projetos. . . . .



Referiu-se ao facto de os resultados líquidos passarem a ser negativos, dizendo que tal está relacionado com as amortizações. Salientou que este ano, com os projetos que estão em execução, existem boas perspectivas de cumprimento da execução Orçamental. ....

..... O Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de esclarecimentos sobre este ponto. ....

A Mesa registou a inscrição dos Deputados Intermunicipais Pedro Santos e Júlio Carvalho. ....

..... **PEDRO SANTOS** – Fez uso da palavra para vincar que o investimento é muito baixo, fazendo votos para que nos próximos anos aumente e prossegui dizendo que caso contrário a região não terá capacidade, nem num período de 20 anos, para gastar os sessenta milhões que lhe foram atribuídos. ....

Abordou também sobre as transferências de capital dos municípios para a CIM-TTM, perguntando o motivo pelo qual três dos municípios não o fizeram. ....

..... O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal para resposta às questões levantadas. ....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Esclareceu as questões levantadas dizendo que dos sessenta milhões atribuídos muito do investimento é municipal, como é o caso das escolas de Vila Flor Alfândega e Mirandela, portanto a execução não é da responsabilidade da CIM-TTM. O mesmo se passa com o Sistema de Incentivos ao emprego e ao Empreendedorismo. Trata-se de dinheiro que foi conseguido para a região, mas não é todo para execução da CIM-TTM. ....

Quando ao facto de três municípios não terem efetuado as transferências de capital devidas, informou que tal é uma dívida decorrente do ano anterior que não está saldada! ....

..... **JÚLIO CARVALHO** – Lamentou que não tenha sido tomada ou apresentada qualquer medida relacionada com a proteção do coelho em Trás-os-Montes, dizendo tratar-se de uma espécie ameaçada e que é de extrema importância em termos económicos. Referiu também que situação idêntica se passa com o setor piscícola. ....

..... **COLOCADO A VOTAÇÃO O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2017 FOI APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES.** ....

..... **PONTO DOIS PONTO QUATRO- REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO- ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL** .....

..... **PRIMEIRO SECRETÁRIO (RUI CASEIRO)** - Informou que a CIM-TTM apresentou uma Candidatura no âmbito do Aviso para apresentação de candidaturas ao Fundo Florestal Permanente e que, nesse sentido, se afigura como necessário contratar um técnico para o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal. Sendo assim é necessário proceder à alteração do Mapa de Pessoal e à correspondente revisão orçamental, que inclui a despesa a incorrer com o técnico superior, bem como a receita resultante do Fundo Florestal Permanente, nos termos da informação presente. ....

..... **COLOCADA A VOTAÇÃO REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE DOIS MIL E DEZOITO E ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL, FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES** .....

..... **PONTO DOIS PONTO CINCO – PARECER JURÍDICO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE RELATIVO À REMUNERAÇÃO DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL.** ...

Presente para conhecimento parecer jurídico relativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte relativo ao assunto em epígrafe onde se pode ler: “(...) *os membros da assembleia intermunicipal só têm direito a auferir senhas de presença pela sua participação nas duas reuniões ordinárias anuais, estando excluída do pagamento de senhas de presença a participação em reuniões extraordinárias.*(...)” .....

..... O Presidente da Mesa informou que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir neste ponto. Inscreveram-se neste ponto os Deputados Intermunicipais Pedro Santos, Carlos Ferreira e Júlio Carvalho .....

..... **PEDRO SANTOS** – Manifestou a sua satisfação pelo facto do Conselho Intermunicipal se ter mostrado recetivo a esta questão e de imediato ter solicitado este parecer. Disse que relativamente ao parecer esperava outro desfecho e continuo afirmando que não reconhecia legitimidade à Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte para se pronunciar sobre este assunto. Referiu tratar-se de uma entidade governamental, interessada em reduzir custos e que não valoriza este órgão, tendo como objetivo o seu esvaziamento. ....

..... **CARLOS FERREIRA** – Referiu que este parecer é completamente contraditório. Se por um lado refere que em tudo o que não está previsto na lei aplica-se, às Comunidades Intermunicipais, o regime

jurídico aplicável aos órgãos municipais, por outro lado diz que na situação em análise tal não se aplica, mas não o fundamenta do ponto de vista normativo. ....

..... **JÚLIO CARVALHO**- Disse que este parecer só revela a intenção do legislador, que ao elaborar a Lei que regula o funcionamento das Comunidades Intermunicipais pretendeu valorizar o órgão executivo e desvalorizar o deliberativo. ....

..... O Presidente do Conselho Intermunicipal solicitou à Mesa o uso da palavra, tendo-lhe sido concedido.....

..... **PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL (ARTUR NUNES)** – Referiu que o pareceres da Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte são vinculativos e, portanto, aplicam-se na sua essência. ....

..... O Deputado José Fernandes solicitou à Mesa o uso da palavra, tendo-lhe sido concedido.....

..... **JOSÉ FERNANDES** – Começou a sua intervenção referindo que relativamente a este assunto sempre teve sempre uma leitura diferente da do deputado Pedro Santos. Foi com base nestas divergências de interpretação que foi solicitado o parecer, referiu. Afirmou que apesar deste parecer estar alinhado com o seu entendimento, não pode deixar de dizer que manifesta alguma falta de presença de espírito perante a lei, nomeadamente no que diz respeito ao penúltimo parágrafo que passou a ler e que aqui se transcreve:

*“(...) Assim, o direito a senhas de presença apenas será devido relativamente a cada reunião ordinária do respetivo órgão a que os membros da assembleia intermunicipal compareçam e em que participem (cfr. nº 1 do art.º 10º da Lei nº 29/87, de 30 de junho, “in fine”), isto é, é necessário que “se pronunciem sobre todos os pontos da respetiva agenda (...)”.* ....

..... E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão, pelas dezoito horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata para constar. ....

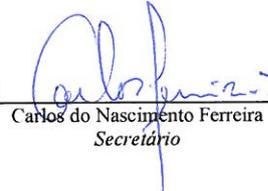
A Mesa da Assembleia Intermunicipal



Luís Manuel Madureira Afonso  
Presidente



Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto  
Vice-presidente



Carlos do Nascimento Ferreira  
Secretário